

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO O & JOA 1 23

SECRE/TARIO

"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM DE VETO N ° 093, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA,

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES E EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS

VEREADORAS,

RAZÕES DE VETO TOTAL

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º do art. 50 c/c inciso V, do art. 62, ambos da Lei Orgânica do Município de Boa Vista, decidi VETAR TOTALMENTE, por razão de inconstitucionalidade, o Projeto de Lei n.º 319/2022, de 10 de outubro de 2022, de iniciativa do Poder Legislativo, cuja ementa anuncia "INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR A CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM TRISSOMIA 21 (SÍNDROME DE DOWN) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", conforme as razões que respeitosamente passo a expor:

Conquanto nobre e louvável o escopo do Projeto apresentado por essa egrégia Casa de Leis, ele não poderá lograr êxito, tendo em vista os vícios de inconstitucionalidade que o maculam.

A proposição em pauta representa intromissão do Poder Legislativo Municipal em seara que não lhe é própria, trazendo a lume vício de incompetência que lhe impede o prosseguimento. Outor Pl. Juliyere e Melgusselek.





"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO PREFEITO

Isso se dá, a um, porque eivada de vício de iniciativa, e a dois, porque cria despesas para o município sem apresentar a respectiva fonte de custeio.

Com efeito, a Lei Orgânica do Município de Boa Vista estabelece ser da competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa de projeto de lei que trate das atribuições das secretarias municipais. Confira-se, nesse particular, o inciso IV do art. 45 da LOM:

Art. 45 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

 IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes a órgão da Administração Pública;

Temos, pois, que a propositura em questão interfere diretamente na competência do Poder Executivo, uma vez que lhe cabe a missão de instituir serviços administrativos, bem como estabelecer o modo como as políticas públicas devem ser desenvolvidas.

Dessarte, há de ser respeitada a competência privativa do Alcaide, a quem compete a missão constitucional de superintender os serviços públicos municipais, de modo a resguardar a Separação dos Poderes – cláusula pétrea erigida no art. 60, § 4°, III da CR/88.

É este o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL No 5.010/08, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PASSE LIVRE DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE CASCA VEL. VÍCIO FORMAL. INQUINADA INOBSERVÂNCIA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE REGRA BASILAR DO





"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO LEGISLATIVO. COM 0 CONSEQUENTE DESRESPEITO DA INICIATIVA QUE, PELO PRINCÍPIO DA SIMETRIA, IMPLICARIA AO CHEFE DO EXECUTIVO NO TRATO DE DISPONDO SOBRE ORGANIZAÇÃO **ASSUNTO ADMINISTRAÇÃO** PÚBLICA. **FUNCIONAMENTO** DA INSTITUIÇÃO DO PASSE ESCOLAR PROVOCARÁ IMPACTO NO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO, REVELANDO-SE MATÉRIA DE INICIATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES, INSCULPIDO NO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. PROCEDÊNCIA, HAJA VISTA QUE VERIFICADA A **USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA** DO EXECUTIVO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL. ANÁLISE DO IGUALMENTE APONTADO VÍCIO MATERIAL QUE RESULTA **INCONSTITUCIONALIDADE** PREJUDICADA. VERIFICADA, PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. (TJPR - Órgão Especial -Al 0578521-7 - Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Des. Sérgio Arenhart - Unânime - J. 30.06.2010)

Acrescente-se que, para além de intentar a imposição de atribuições aos órgãos do Executivo municipal, conforme se observa, *v.g.*, já no parágrafo único do art. 1º, a novel legislação impõe ao município o ônus de arcar com os custos de emissão do documento que pretende ver elaborado (art. 4º), sem levar em consideração que os insumos inerentes ao desenvolvimento da atividade – aí incluídos o pessoal e os materiais a serem utilizados - devem, necessariamente, ser viabilizados pelos cofres públicos.

Não obstante, é de bom alvitre consignar que os portadores de trissomia do cromossomo 21 (Síndrome de Down) são considerados pessoas com deficiência, estando, por tal, sob o manto da lei federal n. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).





"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DO PREFEITO

Dessa forma, a legislação em questão navega contra as disposições constitucionais norteadoras dos serviços públicos, em especial ao princípio da eficiência (art. 37, *caput*, da CF/88), tendo em conta que, ao fim e ao cabo, acabaria por aglutinar mais dispêndio de recursos para satisfazer demandas que já se encontram devidamente atendidas pelo Estado.

Desta forma, não obstante se possa reconhecer os meritórios propósitos que nortearam seus ilustres autores, com fundamento nos dispositivos legais supramencionados, **VETO TOTALMENTE** o Projeto de Lei em comento, por demonstrar-se inconstitucional e ilegal, por afronta ao disposto no art. 60, § 4°, II, da Constituição da República e ainda à LOM, em seu art. 45, inciso IV.

Boa Vista, 29 de dezembro de 2022.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Prefeito de Boa Vista







PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO "BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ"

BoaVista

Rua General Penha Brasil, 1011 - São Francisco CEP: 69:305-130 - Palacio 9 de Julho Telefone. (95):3621-1732 - Site: www.boavista.rr.gov.br

Boa Vista, data conforme assinatura digital.

OFÍCIO № 792-PGM/PROTOCOLO/2023 NUP: 9. 009041/2023

A Sua Excelência o Senhor
Genilson Costa e Silva
Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista
Câmara Municipal de Boa Vista
Palácio João Evangelista Pereira de Melo
Avenida Capitão Ene Garcês, nº 1.264, São Francisco
Boa Vista - RR - CEP 69.301-160

PRESIDÊNCIA - CMBV

Recebido em 09 /01 /2023

ÀS 09:64 HORAS

Rúbrica Andre Micries

Assunto: Encaminha mensagens de Veto totais 085, 093/22 e 001, 002/23, para apreciação.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste expediente encaminhar Mensagens de Veto totais:

N° 085 referente ao Projeto de lei n° 305/2022;

N° 093 referente ao Projeto de lei n° 319/2022;

N° 001 referente ao Projeto de lei n° 302/2022;

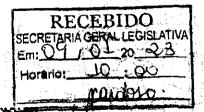
Nº 002 referente ao Projeto de lei nº 303/2022; para apreciação.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração e nos colocamos a inteira disposição para eventuais esclarecimentos ou solicitações.

Respeitosamente,

ASSINATURA ELETRÔNICA

Flávio Grangeiro de Souza Procurador Geral Adjunto do Município OAB/RR 327-B



PRESIDÊNCIA - CMBV

() ARQUIVA-SE

() PARA ANÁLISE

(X) PARA PROVIDÊNCIAS

(X) PARA CONHECIMENTO

EM. COLLAGO

inchelle P. de Souza Loureto Chefe de Gabinete Presidência - CMBV

ÀS.....HORAS